

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SIDINEI FLEGLER DE SOUSA**

**PREGÃO: A BUSCA NA EFICIÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS**

CACOAL – RO  
2014

**SIDINEI FLEGLER DE SOUSA**

**PREGÃO: A BUSCA NA EFICIÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado à  
Fundação Universidade Federal de Rondônia –  
UNIR–Campus Profº. Francisco Gonçalves  
Quiles como requisito parcial para obtenção do  
título de Bacharel em Ciências Contábeis.  
Orientador: Profº. Ms. Cleberson Eller Loose.

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**  
**CAMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES**  
**DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**SIDINEI FLEGLER DE SOUSA**

O artigo intitulado “Pregão a Busca na Eficiência nas Compras Públicas”, elaborado pelo acadêmico Sidinei Flegler de Sousa, foi avaliado e julgado aprovado pela banca examinadora formada por:

---

Profº Ms. Cleberson Eller Loose  
Presidente

---

Profº Ms. Rogério Simão  
Membro

---

Profª. Drª Maria Bernadete Junkes  
Membro

---

Média

# PREGÃO: A BUSCA NA EFICIÊNCIA DAS COMPRAS PÚBLICAS

Sidinei Flegler de Sousa<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho foi realizado como base nas recentes previsões legais editadas acerca da nova modalidade licitatória chamada Pregão, utilizada pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, com objetivo de agilizar o procedimento licitatório, trazendo para a administração pública maior economicidade em seu processo de compra e contratação de serviços. A pesquisa abordou variáveis qualitativas enfatizando-se como exploratória, por meio do método dedutivo. Os dados foram obtidos através da aplicação de questionário aos membros da comissão permanente de licitação (CPL), e com o uso de material bibliográfico. Verificou-se que o Pregão Eletrônico é tendência irreversível nas compras públicas, pois traz rapidez, desburocratização e uma boa flexibilidade nos processos licitatórios, garantido assim a correta aplicação dos recursos públicos. Porém ainda existe um enorme despreparo por parte do fornecedor no que se refere ao uso dessa ferramenta.

**Palavras-chave:** Licitação. Pregão. Administração Pública

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo de muitas décadas, o governo federal tem atuado sistematicamente na evolução e aperfeiçoamento da legislação e das normas públicas, buscando o desenvolvimento e a implantação de novas formas de aquisição de bens e serviços, promovendo a racionalização dos processos de contratações governamentais, com a intenção de obter um resultado eficiente no que diz respeito às contratações realizadas pela administração pública, permitindo assim o acirramento da concorrência entre interessados que pretendem assumir compromissos junto às entidades públicas (RIBEIRO, 2007).

A lei 8.666/93 é dividida em seis modalidades licitatórias, a saber: concorrência, tomada de preço, convite, leilão e concurso, definindo-se também os princípios para contratações por meio de dispensa de exigibilidade de licitação. No entanto, medidas adotadas pelo governo mostraram-se, ao longo do tempo, muito burocráticas, um tanto lentas, e onerosas aos cofres públicos, tudo isso gerava a falta de transparência nas compras públicas.

Tais fatores fizeram com que a administração pública passasse a utilizar-se de uma nova modalidade de Licitação, cada vez mais conhecida pelas entidades de direito público, chamado de Pregão Eletrônico, a qual é regulamentada pela Lei Federal nº10. 520/2002.

---

<sup>1</sup> Graduando do 8º período do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Profº.Francisco Gonçalves Quiles – e-mail: sidineicontagem@hotmail.com. Orientador Profº. Ms. Cleberson Eller Loose.

A função do Pregão Eletrônico é justamente facilitar o trabalho que a administração tem na hora de conseguir serviços e materiais com bons preços, sem perder a qualidade e, ao mesmo tempo, a transparência nas licitações (Decreto nº. 3555/2002).

A migração gradativa para o pregão não presencial (Eletrônico) é uma das mudanças mais significativas no que se refere a compras e contratações efetuadas por órgãos públicos, requerendo dos usuários maior dedicação e conhecimento, implicando não só na mudança do procedimento, como também na postura desses profissionais.

Portanto, é notável que o Pregão Eletrônico vem adquirindo papel cada vez mais importante na administração pública, exigindo dos servidores públicos e dos fornecedores um conhecimento mais profundo sobre essa ferramenta, a qual é importantíssima para a administração pública, nas aquisições e contratações de serviços na esfera de poder público, garantindo assim a correta utilização do dinheiro público.

Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi analisar o desempenho da modalidade Pregão Eletrônico e o emprego das demais modalidades na Prefeitura de Cacoal no período de 2010 a 2013, sendo que para isso utilizou-se de pesquisa bibliográfica e aplicação de questionário aos membros da comissão permanente de licitação (CPL) na prefeitura de Cacoal, os quais foram analisados com o auxílio de ferramenta eletrônica.

## **2 ABORDAGEM HISTÓRICA DE COMPRAS NO SETOR PÚBLICO**

Em meados do século XIX surge a administração pública, cujo objetivo era proteger o estado da corrupção, suas características mais marcantes eram a centralização das decisões e o controle passo a passo dos processos administrativos. Com isso veio a preocupação com relação ao controle das compras públicas, seja em material ou na contratação de serviços, necessitando de um mecanismo de controle legal e transparente, surge então a Licitação (procedimento Lícito) (RIBEIRO, 2007).

O processo licitatório teve seu início no Brasil em 1862 com o decreto lei nº 2.926/62, que tinha como objetivo regulamentar as compras, alienação e contratação de serviços por órgãos públicos, pois até então não havia nenhuma regulamentação definida. Mas como toda implantação requer muita atenção, foram encontrados muitos pontos vulneráveis à corrupção, surgindo assim à necessidade de se fazer uma reforma na legislação, o que levou a edição do decreto lei nº 2.300/86; após essa reforma a Licitação ganhou mais destaque e pela

primeira vez foi instituído o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, que tinha por finalidade intervir de forma forte sobre as fraudes licitatórias. Finalmente em 1993 foi promulgada a lei nº 8.666/93 a qual rege os processos de licitações nas entidades públicas (RIBEIRO, 2007).

Com a promulgação da Lei em 1993, vários avanços na questão de procedimentos de licitação e de controle dos atos de agentes públicos foram alcançados, com a introdução de critérios objetivos na qualificação e no julgamento da licitação, bem como a democratização na participação das empresas no processo licitatório, e o estabelecimento de punições mais severas para os administradores públicos e privados que tentam burlar o processo licitatório.

Segundo Ribeiro (2007) a Lei teve sua importância na aplicação do processo de licitação em nosso país, no entanto as modalidades licitatórias sofriam rejeição da administração burocrática parando os processos, com isso perdendo a agilidade processual. A burocracia, no entanto, tinha como intuito evitar fraudes e assim proteger o Estado e o princípio da isonomia, mas o que acontecia era o tumulto nos processos licitatórios.

## 2.1 LICITAÇÃO

De acordo com Guimarães (1999), licitação compreende o complexo de procedimentos que a administração pública deve seguir, durante o qual são apresentadas possíveis propostas, onde será escolhida a mais vantajosa ao interesse da Administração Pública para a execução de obras e serviços e compras de materiais.

Com relação à dispensa de licitação, ela é utilizada para agilizar os serviços básicos da Administração, ou seja, procedimentos que necessitam ser resolvidos de maneira rápida, desde que atenda os princípios da Lei dos Contratos Públicos (Lei nº 8.666/93).

É de suma importância saber que existe lei que regulamenta noções gerais de Licitação e contratos Públicos relacionados a obras, serviços, compras, alienações, locações etc. Porém todas as Administrações Públicas sejam elas direta ou indireta, que esteja no âmbito Federal, Estadual, Municipal incluindo o Distrito Federal devem realizar licitações para atender às suas necessidades.

Conforme a Constituição Federal (1988) em seu art.37, só poderão contratar ou comprar mediante processo de Licitação Pública, pelo qual assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam a obrigação de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta. No entanto, a Lei Federal não poderá ampliar o leque de opções do administrador Público além dos limites constitucionalmente aceitos.

## 2.2 PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO

Não diferente de outros temas abordados pela Legislação, a licitação também possui princípios, os quais estão ligados a outros princípios jurídicos que se encontram referidos em dispositivos legais, como é o caso da Lei de Licitação e Contratos Públicos Lei nº 8.666/93, a qual é de suma importância para o desenvolvimento do processo de licitação. Os princípios estão divididos em: princípio da Legalidade, princípio da Igualdade, princípio da Publicidade, princípio da Universalidade e o princípio da Economicidade.

Todo procedimento jurídico deve atender ao princípio da Legalidade conforme o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, que impõe que a administração só deverá agir sob a lei, é importante esclarecer que nos processos de cabimento da lei federal, suas normas regem tanto o procedimento quanto a matéria que deverá ser arguida por legislação supletiva, seja ela estadual ou municipal (FURTADO, 2009).

Já o princípio da Igualdade existe para que haja um tratamento igual a todos os participantes do processo licitatório, afastando qualquer possibilidade de interesse pessoal do agente em detrimento do processo legal, garantindo assim a isonomia entre os participantes. No entanto, para que haja transparência no processo licitatório, deve-se levar em conta o princípio da Publicidade, o qual tem por objetivo divulgar os atos praticados pelo agente público, onde qualquer cidadão poderá ter acessos às informações (MATTOS, 1999).

Outro princípio de grande relevância é o princípio da Economicidade, pois é por ele que a administração busca a contratação que lhe seja mais econômica e isonômica, que objetiva conceder igual oportunidade a todos os interessados em prestar serviços ou vender seus produtos. Já o princípio da Universalidade tem por objetivo garantir o cumprimento da Lei, ou seja, a administração pública só poderá fazer o que a lei determina, respeitando a legislação em vigor (MATTOS, 1999).

## 3 COMPRAS NO SETOR PÚBLICO X COMPRAS NO SETOR PRIVADO

Há diferenças no que diz respeito ao setor público em relação ao setor privado. Entre essas diferenças é possível citar as compras, contratação de serviços e alienação de bens móveis ou imóveis. A administração privada trabalha amparada pelo regime jurídico civil,

com recursos próprios, com isso não esbarra na burocracia que existe no setor público (FURTADO, 2009).

No setor privado é feita uma cotação por telefone, por e-mail ou presencial e escolhida a proposta que se ajusta à necessidade da empresa, não levando muito em consideração o preço, mais sim a qualidade, em alguns casos mesmo que a cotação das demais tenha preços melhores, a empresa não hesita em pagar um preço maior, uma vez que verifique que está sendo atendida a contento. Já na entidade pública é feito um longo processo administrativo chamado licitação, o qual se divide em modalidades, de acordo com o artigo 22 da lei nº 8.666/93, que regulamenta o processo licitatório (FURTADO, 2009).

Na licitação, a entidade abre um edital para que as empresas interessadas participem da licitação, oferecendo a melhor proposta para a entidade, ou seja, aquele que oferecer o menor preço será dado como vencedor, entretanto nem sempre, quem vence oferece uma boa qualidade ou um bom serviço (FURTADO, 2009).

Conforme a Lei nº 8.666/93 a compra pública é efetuada por entidade de direito público com o intuito de aquisição de bens ou serviços de uma só vez ou parceladamente. Porém as compras bem feitas pelo setor público são de suma importância para atividades estratégicas, tendo como finalidade atender os serviços necessários, em quantidades corretas e na hora certa (MALDONADO, 2008).

Para Costa (2009), as compras no setor público podem ser definidas como uma função administrativa, encarregada de coordenar o sistema de informações capazes de garantir o fluxo de materiais, bens e serviços necessários para o bom funcionamento da entidade.

De acordo com a Lei nº 8.666/93 em seu art.14, faz-se necessária a caracterização do objeto e a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, identificando a necessidade da aquisição do bem ou a contratação de serviço, ou seja, a administração deve especificar o objeto a ser adquirido, indicando pelo menos a qualidade e a quantidade a ser comprada de cada item, pois a correta caracterização do objeto da compra, é necessária para que haja a melhor formulação da proposta e o fornecimento do que foi licitado (MEIRELLES, 1990).

Nesse contexto Meirelles (1990) define compra como sendo o contrato no qual uma das partes está obrigada a transferir o domínio de um bem, seja uma mercadoria ou uma prestação de serviços mediante pagamento em dinheiro ao fornecedor, ou seja, há uma permuta entre as partes envolvidas.



### 3.1 MODALIDADES LICITATÓRIAS

Para que a licitação seja realizada, vários procedimentos definidos por Lei devem ser levados em conta, destacando-se o tipo de contrato a ser firmado pela Administração, seu valor monetário e a necessidade de firmar esse contrato. Com base nessas fundamentações o administrador deve optar por uma das modalidades de licitação existentes, procurando a que melhor se encaixe em suas necessidades (CRETELLA, 2000).

De acordo com o art. 22 da Lei 8.666/93, existem cinco modalidades de licitação, as quais são:

I – concorrência;

II – tomada de preços;

III – convite;

IV – concurso;

V – leilão

Além dessas cinco modalidades de licitação previstas pela Lei 8.666/93, houve a criação de mais uma modalidade licitatória introduzida pela Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, com o objetivo de tornar mais célere o processo de compras no setor público. Esta nova modalidade de licitação é chamada de Pregão. Portanto, o administrador tem a opção de escolher a melhor modalidade dentre as seis modalidades de licitação citadas.

Conforme previsto no art. 22 da lei 8.666/93, a concorrência é uma modalidade de licitação cabível a qualquer valor do objeto, tanto na compra como na venda, onde qualquer interessado pode participar do processo de licitação, desde que cumpra os requisitos exigidos pela Legislação, na fase da habilitação dos participantes.

Entretanto, independente do valor da aquisição ou contrato, é previsto na lei que esta modalidade seja adotada para aquisição de bens imóveis e alienações de bens móveis e imóveis, desde que a modalidade de leilão não tenha sido empregada. O edital de concorrência deve ser publicado com, no mínimo, trinta dias úteis de intervalo entre a publicação e o recebimento das propostas. Porém se o contrato for uma obra executada como empreitada integral e se estiver estabelecido de acordo com os tipos, como os de menor preço, melhor técnica e preço nesse caso o intervalo mínimo será prorrogado para quarenta e cinco dias. (Decreto nº. 3.555/02)

A tomada de preços é uma modalidade de complexidade média voltada para contratos intermediários, no entanto, só poderão participar desta modalidade de Licitação os

interessados que estiverem previamente cadastrados, e que cumpram as regras exigidas para cadastro dentro do prazo legal previsto em edital (MELLO, 2002).

Porém a Lei que celebra os contratos e compras públicas (lei nº8.666/93) alterou uma definição desta modalidade, passando a aceitar a participação dos interessados que, embora não cadastrados, venham cumprir com as exigências para o cadastramento, respeitando o prazo que é até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas. Após esse prazo só poderão participar da licitação quem estiver devidamente cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado (SICAF). Essa exceção faz com que haja uma disputa maior entre os fornecedores, consequentemente, a administração pública irá se beneficiar desta concorrência, escolhendo a proposta mais vantajosa para a administração pública (JUNIOR, 2002).

Já o convite é uma modalidade de licitação entre os interessados do ramo pertinente e que estejam cadastrados ou não no Sistema de Cadastro Unificado (SICAF), onde são escolhidos no mínimo três participantes pela entidade administrativa, a qual afixará em local apropriado cópia do instrumento convocatório, e estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas (CRETELLA, 2000).

Essa é a modalidade mais simples prevista pela legislação, onde pode haver a dispensa do edital, desde que haja uma publicidade maior por parte das entidades, por meio de murais e jornais de grande circulação. Nessa modalidade a empresa receberá uma carta convite para participar do processo licitatório no qual poderá efetuar seu lance (Lei nº 8.666/93).

Concurso é uma outra modalidade de licitação disponível aos interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores (MATTOS, 1999).

O Leilão, por sua vez, é destinado à alienação de bens móveis que a administração tiver adquirido por conta de um processo judicial, onde ela poderá usar tanto o leilão como a modalidade de concorrência. Segundo Piscitelli (2009), o leilão é uma modalidade de licitação aberta a todos, onde os participantes efetuam lances iguais ou superiores ao valor da avaliação do imóvel ou móvel, onde são penhorados bens que não servem para o uso da administração pública (Lei nº 8.666/93).

Conforme a Legislação, em seu art. 24, a licitação se torna dispensável para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite previsto, para serviços e compras segue a mesma regra. Porém quando a contratação desses respectivos serviços por uma sociedade de

economia mista e empresa pública, por autarquia e fundação qualificadas na forma da Lei, como Agências Executivas, o percentual será de 20%.

Em relação ao processo de compra no setor público, a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, diz que a licitação pode ser dispensada na hora do contrato. Isso pode ocorrer desde que a empresa apresente uma carta de exclusividade, provando que ela é a única empresa que pode fornecer o material ou a prestação de serviço para a entidade. Tal carta deverá ser entregue ao presidente da Comissão Permanente de Licitação da entidade pública que está adquirindo o bem ou serviço.

Conforme Piscitelli (2009), a inexigibilidade da licitação vai existir quando não houver competição para atender à necessidade apresentada pela repartição compradora, tornando assim inviável a licitação. Porém deverá ser observada a legislação para que não haja dispensa de licitação de forma indevida, pois o artigo 89 da Lei nº 8.666/93, afirma que é ilícito penal dispensar ou deixar de exigir o processo de licitação.

## **4 PREGÃO ELETRÔNICO**

Com novos projetos e inovações, nasceram as regras de disputa previstas na medida Provisória 2.026, de 04 de maio de 2000, regulamentada pelo Decreto nº. 3.555/2000. A partir de então o processo licitatório passa a ter maior competitividade e com isso houve uma obtenção de preços e condições melhores de serviços prestados à Administração Pública. Visando a execução do objeto comum no mercado, permitindo que os licitantes, em sessão pública, reduzam o valor da proposta por meio de lances verbais e sucessivos (FERNANDEZ, 2003).

Com a necessidade de ter um novo mecanismo para obtenção de material e serviços, foi introduzida uma nova modalidade de licitação pela Medida Provisória 2.026, de quatro de maio de 2000, convertida na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (JUSTEN FILHO, 2004).

Assim, com esta nova modalidade, foram criados novos procedimentos para as contratações de bens e serviços para a Administração Pública, sendo o Pregão Eletrônico uma dessas novas formas de realização de Licitação, conforme apresentado a seguir.

O Pregão é uma modalidade adequada para obtenção de fornecimento de bem ou serviço comum, ou seja, simplicidade de sua configuração. Essa terminologia não constava da Lei 8.666/93, mas retrata uma tendência sempre observada nas propostas de formata legislativa (JUSTEN FILHO, 2004).

Com a sétima reedição da Medida provisória nº 2.026/2000, foi editado o Decreto nº 3.697, o qual regulamentou o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologias da informação, destinado a contratações Públicas comuns no âmbito da administração. Portanto, a convocação do pregão deve indicar as exigências de qualidade e necessidade mínima para que a aquisição final satisfaça a administração, obedecendo o critério de aceitação de suas propostas.

O uso e a aplicabilidade do Pregão na forma Eletrônica, como uma modalidade de licitação no âmbito da administração pública Federal, proporcionou desde o início impacto nas contratações, alcançando bons resultados para as entidades públicas. Os aspectos inovadores da utilização de meios tecnológicos e a comunicação à distância com a fixação e disponibilizando a implementação de Pregão Eletrônicos (PALAVÉRI, 2005).

O Pregão Eletrônico apresenta sessão pública, que se efetiva por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, onde a interação entre os agentes públicos responsáveis pela realização da licitação (pregoeiro e equipe de apoio) e os licitantes e fornecedores, se dá por meio de um provedor de Internet, permitindo, dessa forma, a ampliação do universo de participantes e proporcionando maior transparência (JUSTEN FILHO, 2004).

No entanto, o governo percebeu que o pregão Eletrônico estava sendo pouco utilizado e até mesmo pelas entidades públicas, visto que as entidades optavam por usar o Pregão Presencial, o qual o governo não estava satisfeito com sua transparência, pois na modalidade Pregão Eletrônico é maior a transparência nas compras públicas e a segurança na aquisição de serviços. A partir desse fato, o governo, com a intenção de intensificar o uso do Pregão Eletrônico, editou o Decreto nº 5.450, de 31 de Maio de 2005, que institui a obrigatoriedade da adoção do Pregão Eletrônico nas contratações de bens e serviços comuns à Administração e atuante até os dias atuais.

#### 4.1 PREGÃO ELETRÔNICO: APLICAÇÃO E PUBLICIDADE

O Pregão Eletrônico é regulamentado pela Lei nº 10.520, que tem como objetivo simplificar o processo licitatório e, ao mesmo tempo, proporcionar segurança e publicidade aos processos de licitação. No entanto, o processo licitatório que tramita pelo Pregão Eletrônico é feito por um provedor de internet, permitindo, dessa forma, que o processo licitatório seja abrangente e possibilite a entrada de participantes de qualquer região do Brasil, proporcionando transparência e publicidade e, conseqüentemente, aumento da concorrência

entre os participantes. Assim sendo, qualquer cidadão que tiver interesse de acompanhar a contratação dos serviços ou aquisições de bens terá acesso aos atos e procedimentos praticados desde a abertura ao encerramento, através de sites que a entidade utiliza, facultada a ela a escolha.

O Decreto nº 3.555/2000 consagra que o uso da modalidade pregão pela administração pública deveria ser utilizado de forma preferencial, nos casos que o objeto da contratação fosse caracterizado como bem ou serviço comum, (Decreto nº. 3.555/02).

Dessa forma, os órgãos públicos passaram a utilizar o Pregão Eletrônico amparados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que atua como provedor do sistema eletrônico que é disponibilizado na internet. O governo Federal realizará o serviço, com ampla publicidade e facilidade de uso, segurança, transparência e economia na aquisição de material ou serviços (BITTENCOURT, 2003).

#### 4.2 PRINCÍPIOS, CONCEITOS E VANTAGENS DO PREGÃO ELETRÔNICO

Com a modalidade Pregão Eletrônico ganhando cada vez mais espaço nas compras públicas, em virtude dos seus processos simplificados, podendo concluir a licitação em um dia apenas, isso deixa evidente que a tecnologia nada mais é que reflexo da modernidade, sendo prova de que os meios eletrônicos definitivamente passaram a fazer parte da vida cotidiana do poder público (JUSTEN FILHO, 2004).

O Pregão Eletrônico se diferencia do Pregão Presencial, pois ele é realizado em um ambiente inovador, virtual, permitindo a utilização de recursos tecnológicos, onde as pessoas interessadas no certame se comunicam através de uma rede mundial de computadores pela Internet nos sites compras devidamente credenciado. Desta forma estabeleceu o nome Pregão Eletrônico (BITTENCOURT, 2003).

No Pregão Eletrônico, o vencedor é conhecido logo após ter encerrado as propostas, automaticamente o Sistema apresentará o vencedor, o que antes não era possível, pois no Pregão Presencial não é divulgado o concorrente. Mais uma das vantagens do pregão é que podem participar quaisquer pessoas, inclusive aquelas não inscritas em cadastro, o pregão se aproxima bem do Leilão, mas diferencia-se deste, pois a sessão não é pública e não se destina à alienação de bens públicos, já o leilão foi criado visando aquisição pelo menor preço possível (JUSTEN FILHO, 2004).

Pregão Eletrônico é a modalidade que foi criada para a obtenção de bens e a aquisição de serviços comuns. Conforme Costa (2009), o pregão eletrônico se destaca devido

a sua maior agilidade, pois leva menos tempo para ser concluído, ao contrário das outras modalidades mais conhecidas. O pregão eletrônico é voltado para o menor lance possível, já no convencional é dado como vencedor aquele que oferecer o maior lance. Porém quando o pregão for utilizado para alienar móveis apreendidos ou penhorados pela administração pública será dado como vencedor o que oferecer o maior lance, pois nesse caso a administração estará vendendo o seu patrimônio. Outra vantagem que pode ser destacada é que no pregão eletrônico não se estabelece limites de preço para as contratações, ou seja, não há valor preestabelecido como nas demais modalidades, com isso vem sendo usado cada vez mais pela administração pública nos processos licitatórios (COSTA, 2009).

Conforme Piscitelli (2009), algumas vantagens dessa modalidade são: Agilidade na contratação das empresas vencedoras, transparência no processo licitatório já que o vencedor fica conhecido no final da seção do pregão, a simplificação dos procedimentos na fase da habilitação e, conseqüentemente, melhor aquisição de preço nas contratações. De acordo com decreto Lei nº 5.450/2005 art. 4º inciso 1ª, a forma eletrônica só deixará de ser adotada nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

#### 4.3 CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

Além das modalidades de licitação que foram citadas, a lei se refere também aos tipos de licitação. Nesse sentido segue:

O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle (Art. 45 da Lei 8.666/93).

A Lei, no entanto, se refere a quatro tipos de Licitação bem definidos no art.45, da Lei nº. 8666/93, os quais são: a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço e de maior lance e oferta.

##### **4.3.1 Menor Preço**

O critério de seleção por menor preço, onde a administração selecionará a proposta mais vantajosa, e conseqüentemente, a de menor preço possível, onde esse critério é bastante usado para a aquisição de compras e serviços de um modo geral. Nesse tipo de licitação o

preço deve ser o mais próximo do praticados no mercado. Essa conferência é feita pela comissão de licitação, que tem por obrigação realizar a pesquisa em pelo menos três fornecedores do mesmo material ou serviço que foi licitado.

Os prazos mínimos para a publicidade são: concorrência: quarenta e cinco dias, quando o contrato contemplar o regime de empreitada integral, e trinta dias, nos demais regimes; tomada de preços: quinze dias e convite cinco dias úteis, conforme mencionado anteriormente (Decreto nº. 3.555/02).

#### **4.3.2 Melhor Técnica**

Conforme o Decreto nº. 3.555/02, esse tipo de Licitação se diferencia do menor preço, pois neste não há alterações nos processos da modalidade adotada, já na melhor técnica sofre alterações com mais uma fase incluída, chamada de Proposta Técnica. As propostas são analisadas de acordo com os critérios de julgamento previamente estabelecidos no instrumento de convocação, sendo desclassificados aqueles que não alcançarem as notas mínimas estabelecidas pela administração, lembrando que o preço ofertado pelos concorrentes da licitação será entregue em envelope para o pregoeiro, no qual selecionará a nota mínima, a classificação se dará em ordem decrescente das suas respectivas notas (Decreto nº. 3555/02).

#### **4.3.3 Técnica e Preço**

Esse procedimento é bem parecido com a de melhor técnica: os licitantes apresentarão três envelopes, no entanto para cada modalidade deverá adotar um procedimento diferente como concorrência: habilitação, propostas técnicas e proposta comercial, já a Carta-convite, quando adotar esse tipo de procedimento não necessita de técnica e nem preço, pois as propostas técnicas deverão ser classificadas de acordo com os critérios anteriormente indicados na convocação (Lei nº 8.666/93).

Porém os prazos para a publicidade dos instrumentos de convocação são os mesmos da melhor técnica, ou seja, quarenta e cinco dias para concorrência, trinta dias úteis para tomada de preço e cinco dias úteis para o convite (Lei nº 8.666/93).

#### **4.3.4 Maior Lance e Oferta**

Conforme a Lei nº 8.666/93 que trata dos contratos da administração pública, esse tipo de licitação se destina à venda de bens ou concessão de direito real de uso, onde os participantes vencedores apresentam o maior lance (leilão) ou maior oferta (convite e concorrência).

No entanto, quando a administração pública tem como objeto uma concessão de direito real de uso, uma compra ou alienação de bens imóveis, a concorrência a ser adotada deve ser a modalidade de licitação, não levando em conta o valor da contratação (art. 23, Lei nº 8.666/93).

Porém, quando a venda de imóveis cuja procedência desses imóveis for ação judicial, a entidade poderá utilizar o leilão, sendo também admitida a tomada de preços, mas não é muito indicada para esse tipo de situação pelo fato de não ser a referida finalidade a principal de a administração alienar seus bens (Decreto nº 3.555/02).

### **5 METODOLOGIA**

Essa pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, a qual, segundo Gil (2008), tem como objetivo identificar a estrutura de população do fenômeno a ser estudado, onde descreveu como é dada a publicidade aos processos licitatórios, comparou o pregão eletrônico com as demais modalidades, na Prefeitura de Cacoal nos últimos anos, bem como enfatizou as vantagens do Pregão nos processos licitatórios da entidade.

Foi utilizado o método dedutivo, o qual, de acordo com Rodrigues (2007), é um raciocínio lógico que faz uma dedução de um determinado assunto, ou seja, ele faz um apanhado do geral e traduz para o particular até sua conclusão.

Os dados obtidos foram de natureza qualitativa. Para Rodrigues (2007) nesse tipo de pesquisa são obtidas informações que podem ser quantificáveis, sendo os dados analisados e interpretados atribuindo-se seu significado, ou seja, é uma relação entre o mundo e o sujeito que não pode ser traduzida. Nesse contexto foram identificadas as modalidades Licitatórias utilizadas pela CPL (Comissão Permanente de Licitação) na Prefeitura de Cacoal.

Quanto aos instrumentos de coleta de dados, realizou-se entrevista com a utilização de questionário semiestruturado e pesquisa documental, sendo realizada em duas etapas principais. Na primeira, realizou-se um levantamento de documentos arquivados,



acompanhamento da publicidade das licitações publicadas no portal da transparência da Prefeitura, o objetivo é levantar dados de quantidades de licitação e qual a modalidade mais usada.

Na segunda etapa, realizou-se a entrevista por meio de aplicação de questionário de acordo com a metodologia de estudo de caso.

Por fim, o tratamento dos dados foi feito pela técnica de análise de conteúdo, evidenciando a percepção dos membros da comissão permanente de licitação na correta aplicação da modalidade de licitação. Flick (2009) destaca que a análise de conteúdo além de realizar a interpretação após a coleta de dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas, e desta forma, esta metodologia vem se mostrando como uma das técnicas de análise de dados mais utilizada no Brasil, especialmente em pesquisas qualitativas.

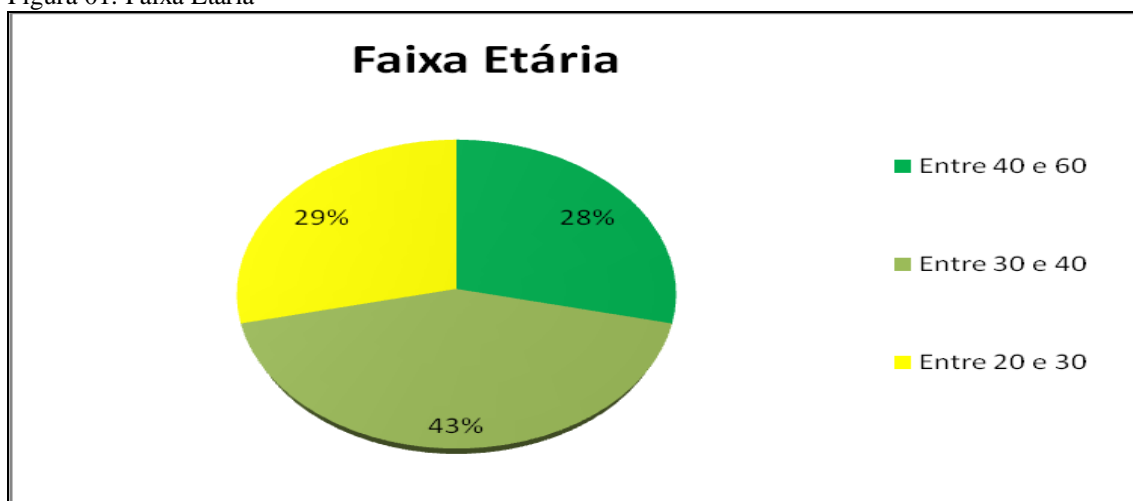
## **6 ANÁLISE DOS DADOS**

Nesta sessão são apresentados os resultados e a análise dos dados da pesquisa. As categorias de análise foram elaboradas com base nas respostas do questionário composto por 17 questões objetivas, aplicado aos 06 membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), com o respaldo de pesquisa documental para o levantamento dos dados e bibliográfica para dar subsídios à interpretação e análise dos dados.

### **6.1 FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS DA CPL**

O levantamento do perfil dos membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL) no que se refere à idade dos membros é apresentado pela figura 01:

Figura 01: Faixa Etária



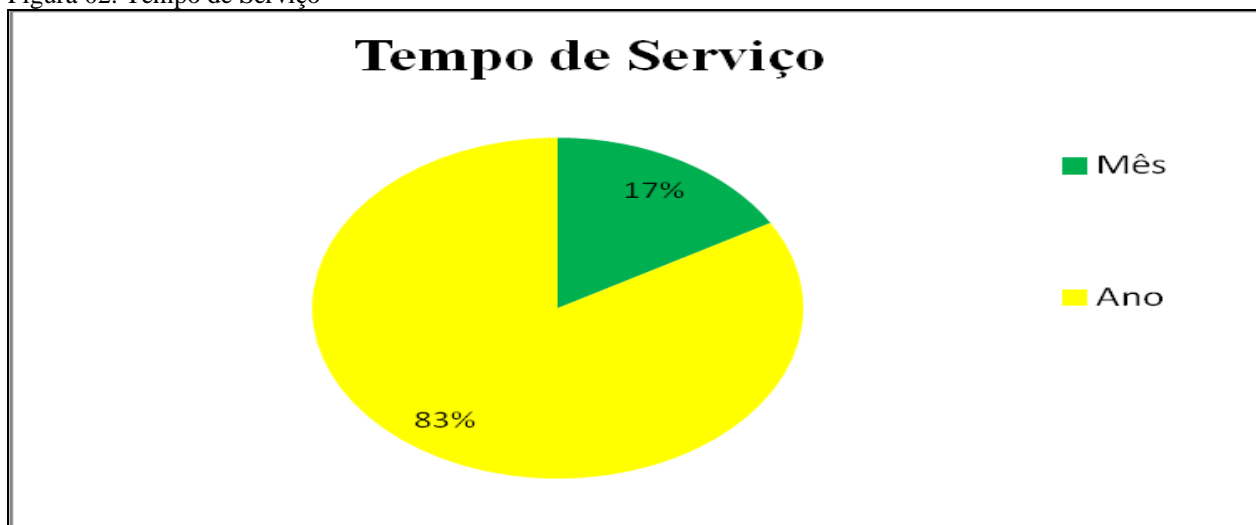
Fonte: Dados da pesquisa

Pode-se observar que a faixa etária dos entrevistados, 43% está entre 30 e 40 anos, já 28% está entre 40 e 60 anos, e 29% de 20 a 30 anos, não foram constatados nenhum membro da Comissão Permanente de Licitação (CPL) acima de 60 anos, o qual apresentou uma equipe relativamente jovem.

## 6.2 TEMPO DE SERVIÇO DOS MEMBROS DA (CPL)

Foi levado em consideração o tempo de serviço como Mês e Ano, onde foi constatado que na sua maioria os membros estão há mais de um ano no cargo conforme apresentado na figura 02.

Figura 02: Tempo de Serviço



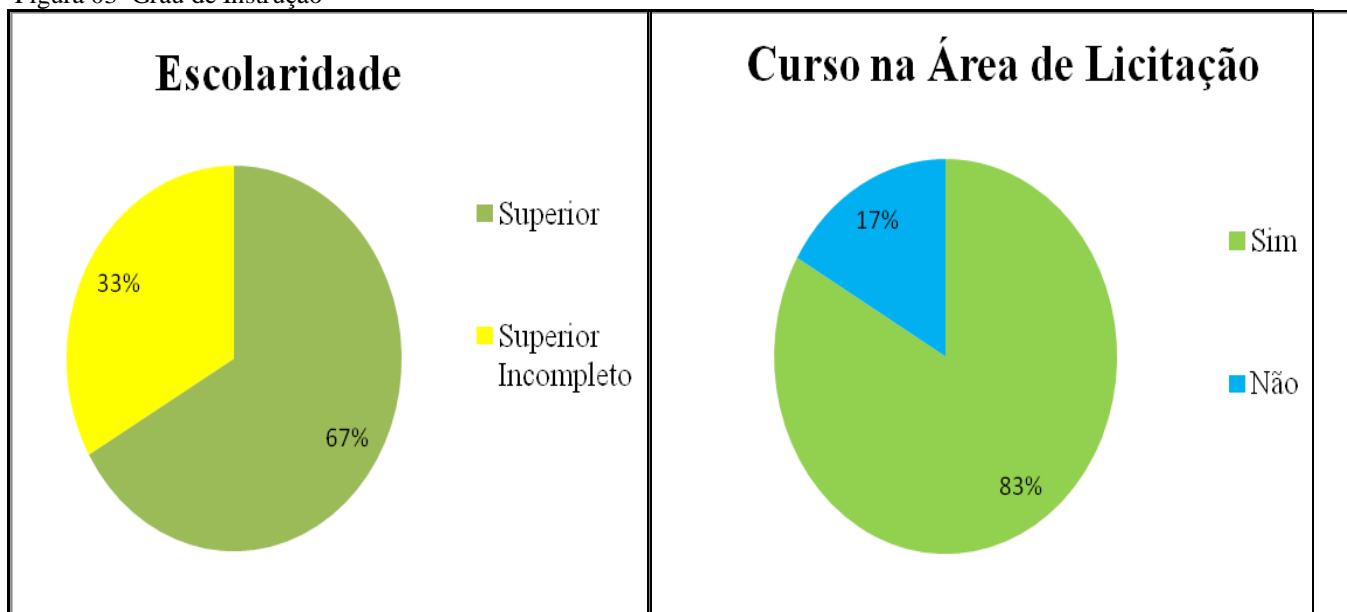
Fonte: Dados da Pesquisa

Foi verificado que 83% dos membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), possuem mais de um ano de experiência, e apenas 17% afirmaram que estão atuando nesse setor há menos de um ano.

### 6.3 ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA CPL

Considerando a escolaridade dos entrevistados, pode-se observar que 67% possuem curso superior e, respectivamente, 83% possui algum tipo de curso na área de licitação para atuar especificamente no setor de compras da Prefeitura, já 33% possui curso superior incompleto, e somente 17% não possuem curso específico para atuar na área de Licitação. Contudo, isso mostra que a entidade possui servidores preparados e com experiência para atuar no setor de compras, garantindo assim o bom desenvolvimento dos processos, conforme figura 03:

Figura 03 Grau de Instrução

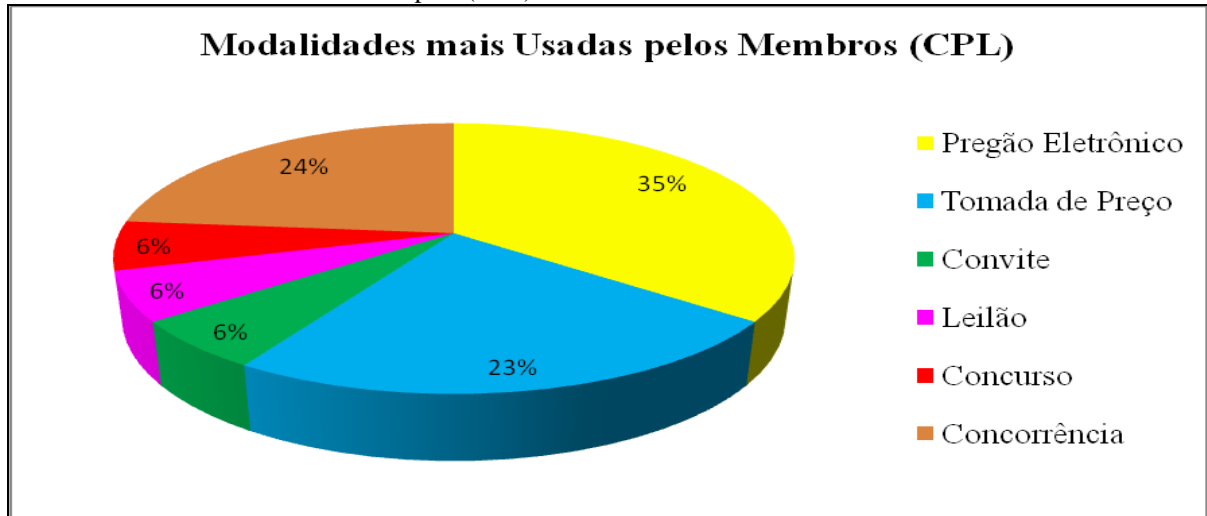


Fonte:Dados da Pesquisa

### 6.3. MODALIDADES MAIS UTILIZADAS PELA CPL

Verificou-se que a modalidade mais utilizada na prefeitura é o Pregão Eletrônico, conforme figura 04:

Fonte 04: Modalidade Mais Utilizada pela (CPL).



Fonte: Dados da pesquisa

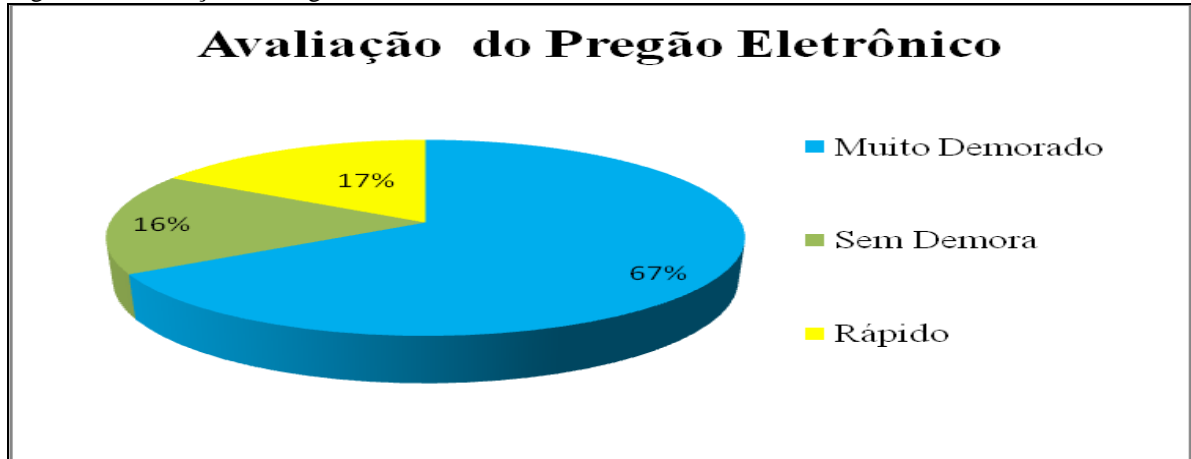
Esse resultado possivelmente está relacionado ao fato de que o pregão não tem valor estipulado, o qual acaba sendo uma das modalidades mais adotadas pelas entidades públicas, já que é considerado menos burocrático em seu processo, abrangendo também um grande número de fornecedores e assim, acirrando a concorrência entre os mesmos.

#### 6.4 UMA AVALIAÇÃO DO TEMPO GASTO PELO PREGÃO ELETRÔNICO DESDE A ABERTURA DO EDITAL ATÉ O FECHAMENTO DO MESMO.

Tendo em vista que o Pregão Eletrônico é considerado uma modalidade que agiliza o processo de compras, 67% dos entrevistados avaliaram como muito demorado, 17% consideraram rápido e 16% sem demora no processo. Foi levado em consideração o processo desde a abertura do edital à habilitação dos fornecedores e análise do campeão do processo licitatório.

Ao serem questionados em relação ao alto percentual atingido, considerando o Pregão Eletrônico como muito demorado, os entrevistados responderam que os fornecedores das mercadorias ou serviços, nem sempre cumprem seus prazos estabelecido pelo edital para a entrega da mercadoria ou a prestação do serviço, acarretando, assim, um atraso do processo ou até mesmo a abertura de outra licitação para atender as necessidades da entidade, o que pode ser verificado nos dados apresentados na figura 05:

Figura 05: Avaliação do Pregão



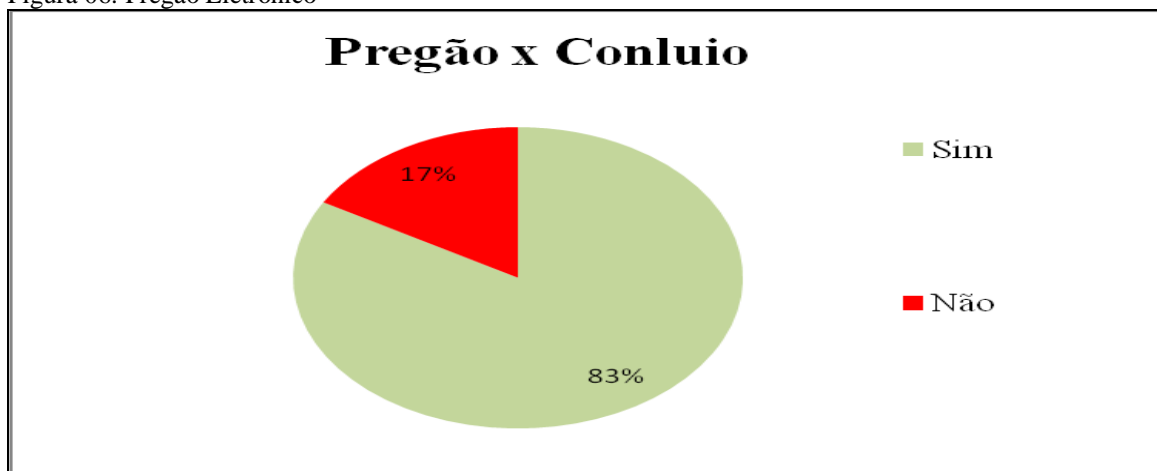
Fonte: Dados da Pesquisa

## 6.5 PREGÃO ELETRÔNICO E INIBIÇÃO DE DESVIO DE CONDUTA

Regulamentado pelo Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, que se vale da premissa de que o pregão deve passar a ser utilizado como modalidade obrigatória na aquisição de bens e serviços comuns, de maneira que preferencialmente sua utilização na forma Eletrônica. Diante deste contexto busca-se aprimorar os conhecimentos, investigando a modalidade de licitação Pregão, a qual vem se apresentando como a mais vantajosa, entre as modalidades existentes no se refere à possibilidade de fraudes.

Nesse contexto, os respondentes da pesquisa ficaram divididos ao responderem o que pensam com relação ao Pregão Eletrônico como ferramenta de inibição de fraudes no processo licitatório, conforme pode ser observado na figura 06 que, 83% entendem que o pregão inibe fraudes na licitação e outros 17% entendem que essa ferramenta não é capaz de inibir licitações fraudulentas.

Figura 06: Pregão Eletrônico

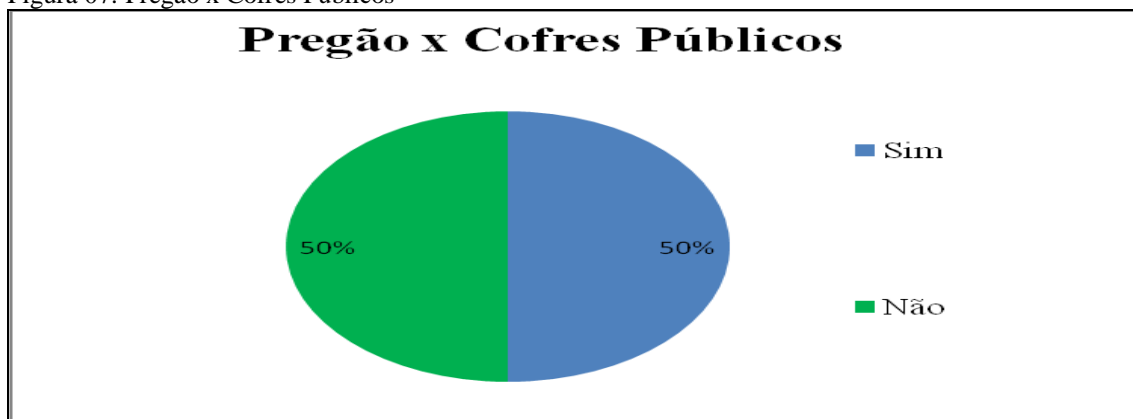


Fonte: Dados da pesquisa

## 6.5 REFLEXO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, AOS COFRES PÚBLICOS

Tendo em vista que a utilização dessa nova modalidade de licitação está tendo um crescimento considerável na aquisição de mercadorias e contratação de serviços pelas entidades públicas, foi realizado um comparativo entre a utilização e o benefício dessa ferramenta na opinião dos membros da Comissão Permanente de Licitação conforme figura 07:

Figura 07: Pregão x Cofres Públicos



Fonte: Dados da Pesquisa

Em relação ao benefício que o pregão traz para os cofres da administração pública, 50% afirmaram que há e outros 50% responderam que não há benefício ocorrendo um empate, os que responderam NÃO, afirmaram que é preciso ver caso a caso, pois dependendo

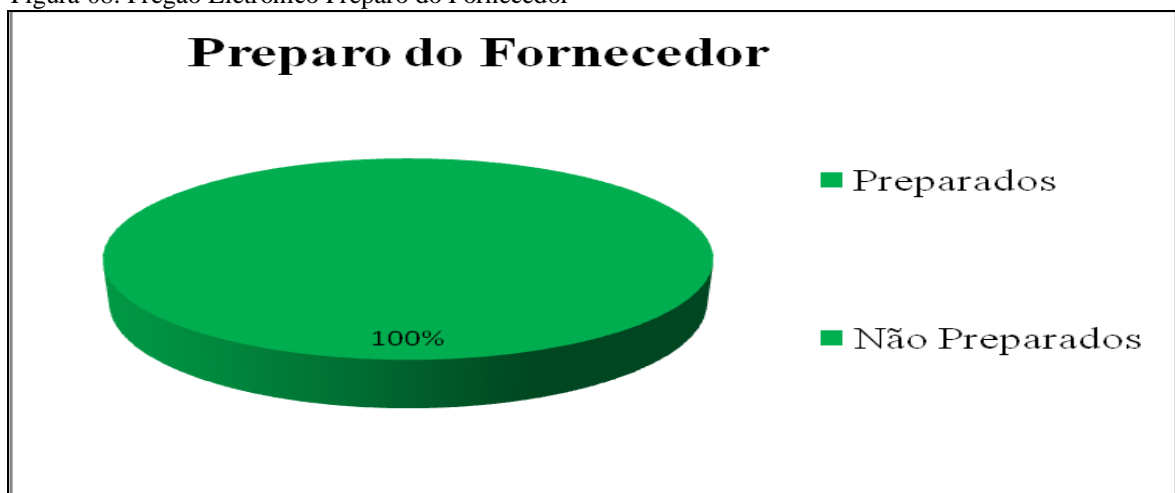
da licitação o pregão não é o mais indicado, resposta cedida pela Pregoeira da comissão permanente de licitação.

No entanto, é preciso analisar caso a caso, pois o pregão Eletrônico é uma ferramenta que proporciona mais segurança para a entidade, por isso traz benefícios para os cofres públicos. E os fornecedores o estão adotando, adequando-se aos poucos a essa nova tecnologia aplicado nas compras públicas conforme foi apresentado nas informações apresentadas na figura 07.

#### 6.6 PREPARO DOS FORNECEDORES QUANTO AO USO DA *INTERNET* PARA EFETUAR SEUS LANÇES REFERENTE AO PREGÃO ELETRONICO NA VISÃO DA CPL

Sendo o Pregão Eletrônico uma ferramenta onde os fornecedores efetuam seus lances via *internet* através de sítios devidamente habilitados, exigindo dos fornecedores um preparo para que possam, de maneira sucinta, efetuarem seus lances sem realizarem transtorno à administração pública. Com base na visão da Comissão Permanente de Licitação (CPL) os fornecedores não estão qualificados no que se refere à utilização do Pregão Eletrônico, fato esse que podemos verificar conforme apresentado na figura 08:

Figura 08: Pregão Eletrônico Preparo do Fornecedor



Fonte: Dados da Pesquisa

Porém foi questionado também a relação dos fornecedores com o pregão eletrônico no que tange à familiaridade com os recursos tecnológicos, dos membros da comissão permanente de licitação, 100% afirmaram que os fornecedores estão despreparados, para

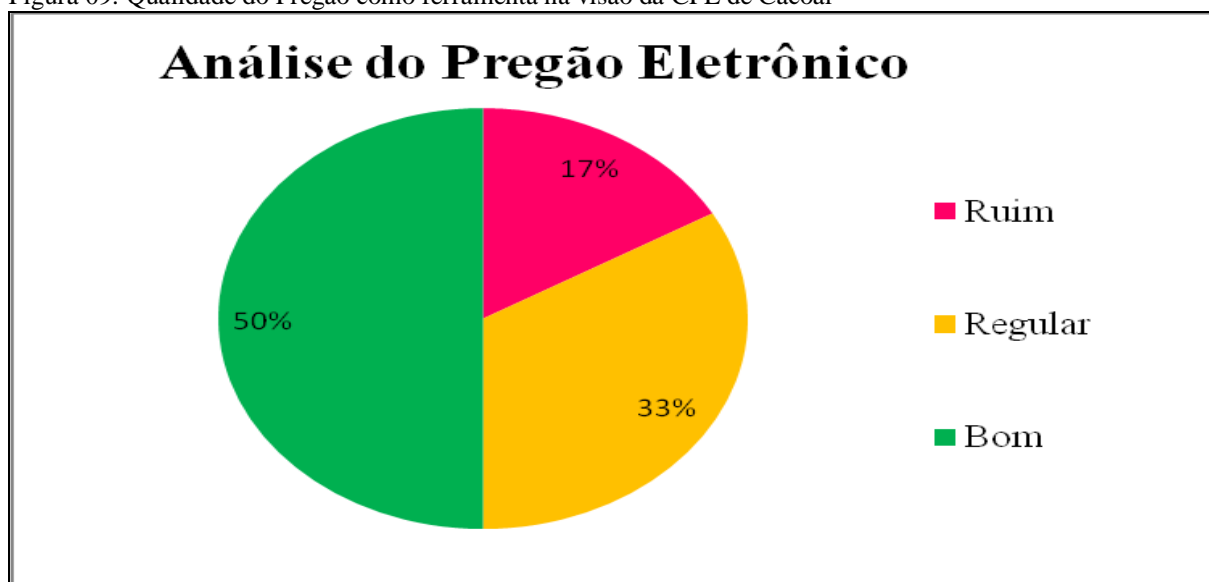
participar de uma licitação por meio da *internet*, tendo em vista que o Pregão na sua forma Eletrônica já está em vigor há 08 anos.

#### 6.6 UMA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO FERRAMENTA PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PELA PREFEITURA DE CACOAL, NA VISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (CPL) DO MUNICÍPIO

O pregão Eletrônico é uma das formas de realização da modalidade licitatória denominada pregão. O procedimento é feito todo pela *internet*, com isso potencializando a agilidade dos processos e assim minimizando os custos da administração, esse procedimento está aos poucos se consolidando como a principal forma de contratação pelas entidades de direito público.

Nesse sentido foi questionado aos integrantes da CPL a qualidade do pregão eletrônico como ferramenta de aquisição de materiais e serviços pela Prefeitura Municipal de Cacoal. Sendo constatado que na visão da CPL essa é uma modalidade boa para adquirir bens e serviços, conforme dados apresentados na figura 09:

Figura 09: Qualidade do Pregão como ferramenta na visão da CPL de Cacoal



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados apresentados, 50% dos membros da CPL o consideraram como Bom, 33% o consideraram como Regular, e 17% como Ruim. Dessa forma conclui-se que o Pregão Eletrônico vem tendo boa aceitação pela entidade, pois fornece a transparência e segurança aos processos licitatórios, garantindo a isonomia entre os participantes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que o pregão é uma tendência irreversível em compras públicas, regulamentado pelo Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005, onde se vale da premissa de que o pregão deve passar a ser utilizado como modalidade obrigatória na aquisição de bens e serviços comuns e assim beneficiar as entidades de direito público (FILHO, 2004).

Nesse sentido, pode-se dizer que a tecnologia veio para ficar no setor público, pois tudo é feito por procedimentos eletrônicos, utilizando a *internet* como a principal ferramenta, e com isso, faz com que a entidade pública, fornecedores e servidores acompanhem a evolução da informatização; o governo está empenhado em buscar novas formas para que o dinheiro do contribuinte seja aplicado de forma correta e transparente, obedecendo aos princípios previstos em legislação, sendo que os princípios administrativos nas licitações e contratos públicos constituem fatores essenciais para que as contratações públicas sejam efetuadas com êxito (PALAVÁRI, 2005).

Sendo assim, em relação à utilização do Pregão Eletrônico, está presente em todos os âmbitos da administração pública, ao ser realizada a pesquisa junto a Comissão Permanente de Licitação (CPL), da Prefeitura de Cacoal, com objetivo de analisar o desempenho da modalidade Pregão Eletrônico e o emprego das demais modalidades conclui-se que o pregão eletrônico é a modalidade mais usada pela Prefeitura de Cacoal, no entanto há um descontentamento nos prazos de entrega das mercadorias, que eventualmente ocorrem atrasos, pois o pregão eletrônico possibilita que qualquer interessado possa participar do processo licitatório de qualquer região do País.

Foi constatado também que, na visão da Comissão Permanente de Licitação (CPL), há um despreparo dos fornecedores em relação à participação dos mesmos na licitação, uma vez que os lances são feitos via *internet* por meio de sítios devidamente credenciados, no entanto, alguns fornecedores desconhecem ou não sabem como utilizar corretamente essa ferramenta. Em relação aos membros da Comissão Permanente de Licitação, foi identificado que os mesmos possuem qualificação técnica para atuarem na área, e um nível de escolaridade considerado alto.

Dessa forma conclui-se que administração Pública vem aprimorando suas técnicas de fiscalização tornando-a mais precisa em seus procedimentos de compra e contratação de serviços, exigindo das entidades públicas transparência e comprometimento com os recursos do povo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.555, de 8 agosto de 2002. Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_3/decreto/D3555.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_3/decreto/D3555.htm). Acesso em 25 de nov. de 2013.

BRASIL. Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art.37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contrato da Administração Pública. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/Leis/L8666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/L8666cons.htm). Acesso em; 23 de jul. de 2013

COSTA, Ana Edite Olinda Norões. **Licitações e Contratos Administrativos: apontamentos**. PRAXEDES FILHO Antonio Marco *et al* (Org.) Leme: J. H. Mizuno, 2009.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de registro de preços e pregão**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

FURTADO, Lucas. **Uma Abordagem na diferença entre as compras do setor público do privado**: <http://www.youtube.com/watch?v=S49666dc9u8>. Acesso em 15 de jun. de 2013.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão – Comentários à legislação do pregão comum e eletrônico**. 3.Ed. São Paulo: Dialética, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo:Malheiros, 2000.

PALAVÉRI, Marcelo. **Pregão nas licitações municipais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 10. ed. rev., ampl. e atual. até outubro de 2008. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Geraldo Luiz Vieira. **A evolução da licitação**. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/21103-21104-1-PB.pdf> Acesso em 30 de maio. de 2013.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário das Licitações Públicas**. 3. ed. Rio de Janeiro:Forense, 2000.

MATTOS, Mauro Roberto Gomes de Mattos. **Licitações e seus Princípios na Jurisprudência**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.

## **APÊNDICE**

## 7. APÊNDICE A

Este questionário tem como objetivo fazer avaliação de alguns pontos do processo de compra da Prefeitura de Cacoal, bem como nas aquisições de materiais e serviços, para a entidade através do Pregão Eletrônico em relação com as demais modalidades de Licitação, desde sua solicitação até o usuário final. Para isso foi elaborado este questionário para coletar informações que venham embasar este trabalho.

- 1) Idade (   )
- 2) Cargo que exerce? .....
- 3) Tempo de Serviço trabalhando na CPL?  
(   ) Ano(s)      (   ) Mês(es)
- 4) Grau de Escolaridade.  
(   ) Fundamental   (   ) Médio   (   ) Superior   (   ) Superior Incompleto
- 5) Possui algum curso para atuar na área de Licitação?  
(   ) Sim   (   ) Não
- 6) Quais modalidade são mais utilizadas pela administração?  
(   ) Concorrência   (   ) Tomada de Preço   (   ) Convite   (   ) Leilão   (   ) Concurso   (   ) Pregão Eletrônico
- 7) Com relação à modalidade Pregão Eletrônico, pode ser considerado umas das formas mais seguras e transparente na aquisições e contratações Públicas?  
(   ) Sim   (   ) Não   (   ) Talvez
- 8) Quanto ao tempo, você avalia o processo de compra do seu início ao seu final como?
  - a) (   ) Muito demorado
  - b) (   ) Demorado
  - c) (   ) Sem demora
  - d) (   ) Rápido
- 9) Caso você tenha respondido muito demorado ou demorado, o que você acredita que emperra o processo?
  - a) (   ) Muita burocracia entre a solicitação de compra e o início do pregão
  - b) (   ) Demora entre a compra e o recebimento do material ou serviço pelo almoxarifado.
  - c) (   ) Demora entre a conferência pelo almoxarifado e entrega ao solicitante.
  - d) (   ) Outros. Citar. \_\_\_\_\_
- 10) Quanto à qualidade ou serviço adquirido qual a sua avaliação?
  - a) (   ) Ruim
  - c) (   ) Boa

b) ( ) Regular d) ( ) Ótima

11) Já foi necessário o descarte ou inutilização de algum tipo de material ou serviço adquirido em Pregão Eletrônico?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

12) O Pregão Eletrônico realmente traz a agilidade de que a Administração Pública necessita para se tornar mais eficiente?

a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Talvez

13) A Modalidade Licitatória Pregão Eletrônico ou Presencial permite a compra de produtos de alta qualidade?

a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Talvez

14) O Pregão Eletrônico inibe o conluio?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

Se não, por que? \_\_\_\_\_

15) O Pregão Eletrônico gera economia aos cofres públicos?

a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Talvez

16) Os fornecedores estão pouco preparados para vender através do Pregão Eletrônico, principalmente por causa da pouca familiaridade com recursos tecnológicos?

a) ( ) Sim b) ( ) Não

17) A amplitude geográfica dos participantes possibilitada pelo Pregão Eletrônico, dificulta o fornecimento dos produtos?

a) ( ) Sim b) ( ) Não c) ( ) Em partes

18) No geral, a aquisição de materiais e serviços por meio do Pregão Eletrônico qual a sua avaliação?

a) ( ) Ruim

b) ( ) Regular

c) ( ) Bom

d) ( ) Ótimo